

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	330.037
Preferenciais	0
Total	330.037
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.514.763	1.289.290
1.01	Ativo Circulante	104.906	41.340
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	64.615	25.126
1.01.03	Contas a Receber	35.397	12.440
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.397	12.440
1.01.03.02.01	Contas a Receber	34.388	11.435
1.01.03.02.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	1.009	1.005
1.01.04	Estoques	146	52
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.182	1.483
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.182	1.483
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.566	2.239
1.02	Ativo Não Circulante	1.409.857	1.247.950
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	52.398	35.645
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	19.805	16.147
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Vinculada	19.805	16.147
1.02.01.06	Tributos Diferidos	21.470	12.017
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.470	12.017
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	11.123	7.481
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	11.123	7.481
1.02.03	Imobilizado	1.959	969
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.959	969
1.02.04	Intangível	1.339.716	1.192.767
1.02.04.01	Intangíveis	1.339.716	1.192.767
1.02.05	Diferido	15.784	18.569

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.514.763	1.289.290
2.01	Passivo Circulante	227.955	132.541
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.182	6.464
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.182	6.464
2.01.02	Fornecedores	18.702	14.073
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.702	14.073
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.691	3.452
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.691	3.452
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	42.884	37.861
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.884	37.861
2.01.05	Outras Obrigações	104.601	37.914
2.01.05.02	Outros	104.601	37.914
2.01.05.02.04	Fornecedores - Partes Relacionadas	26.836	9.923
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais de Fornecedores	9.593	9.033
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	1.182	544
2.01.05.02.07	Taxa de Fiscalização	934	905
2.01.05.02.08	Transações com partes relacionadas	28.235	17.412
2.01.05.02.09	Adiantamento de seguros	195	97
2.01.05.02.10	Debêntures	37.626	0
2.01.06	Provisões	44.895	32.777
2.01.06.02	Outras Provisões	44.895	32.777
2.01.06.02.04	Provisão para investimentos em rodovias	44.895	32.777
2.02	Passivo Não Circulante	978.007	865.984
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	574.236	563.005
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	574.236	528.490
2.02.01.02	Debêntures	0	34.515
2.02.01.02.01	Debêntures	0	34.515
2.02.02	Outras Obrigações	331.315	235.227
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	331.315	235.227
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	331.315	235.227
2.02.04	Provisões	72.456	67.752
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	589	514
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	395	350
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	194	164
2.02.04.02	Outras Provisões	71.867	67.238
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	71.867	56.371
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	0	10.867
2.03	Patrimônio Líquido	308.801	290.765
2.03.01	Capital Social Realizado	328.001	298.001
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-19.200	-7.236

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	156.811	358.375	141.272	354.492
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-130.224	-306.605	-124.198	-310.957
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-48.861	-133.765	-37.104	-113.988
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-81.363	-172.840	-87.094	-196.969
3.03	Resultado Bruto	26.587	51.770	17.074	43.535
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.987	-16.128	-3.945	-13.292
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.987	-16.127	-3.945	-13.292
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-4.598	-14.991	-3.707	-12.594
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-389	-1.136	-238	-698
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	-1	0	0
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais Liquidas	0	-1	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	21.600	35.642	13.129	30.243
3.06	Resultado Financeiro	-19.485	-53.777	-10.845	-34.899
3.06.01	Receitas Financeiras	1.740	4.468	1.030	2.553
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.225	-58.245	-11.875	-37.452
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.115	-18.135	2.284	-4.656
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-732	6.171	-359	1.611
3.08.01	Corrente	-3.282	-3.282	-72	-844
3.08.02	Diferido	2.550	9.453	-287	2.455
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.383	-11.964	1.925	-3.045
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.383	-11.964	1.925	-3.045
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02278	0,03625	0,00646	0,01022

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	1.383	-11.964	1.925	-3.045
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.383	-11.964	1.925	-3.045

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	26.203	37.262
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	85.953	68.868
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo Líquido do Período	-11.964	-3.045
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	34.515	25.804
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-9.453	-2.453
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias sobre Mútuos	27.338	13.979
6.01.01.05	Despesas de Juros, Líquidas das Receitas	24.985	21.379
6.01.01.06	Despesa /(receitas) Financeira dos Ajustes a Valor Presente	1.891	366
6.01.01.07	Constituição (reversão) de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	1.693	-171
6.01.01.08	Constituição (reversão) de Provisão para Manutenção em Rodovias	15.021	13.784
6.01.01.09	Baixa de Ativos Permanentes	72	18
6.01.01.10	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	3.093	0
6.01.01.11	Receita com Aplicação Financeira Vinculada	-1.238	-793
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-59.750	-31.606
6.01.02.01	Estoque	-94	0
6.01.02.02	Riscos Cíveis Trabalhistas e Fiscais	-1.618	0
6.01.02.03	Imposto de Renda Retido na Fonte Sobre Mútuo	-4.075	-2.097
6.01.02.04	Contas a Receber	-22.953	-750
6.01.02.05	Despesas Antecipadas, outros Ativos e Depósitos Judiciais	-6.391	-1.114
6.01.02.06	Impostos a Recuperar	301	-167
6.01.02.07	Fornecedores	-20.156	-6.942
6.01.02.08	Fornecedores partes relacionadas	16.913	7.287
6.01.02.09	Obrigações Sociais	718	1.049
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	6.239	750
6.01.02.11	Contas a receber partes relacionadas	-4	-21
6.01.02.12	Juros Pagos	-29.955	-26.379
6.01.02.13	Cauções Contratuais	560	924
6.01.02.14	Adiantamento de Seguros	98	-3.116
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	-937
6.01.02.16	Taxa de Fiscalização	29	27
6.01.02.17	Outras Contas a pagar	638	0
6.01.02.18	Outros Passivos	0	-120
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-152.434	-185.584
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-1.644	-122
6.02.02	Adições ao Intangível	-148.370	-185.502
6.02.03	Aplicação Financeira Vinculada	-2.420	40
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	165.720	161.761
6.03.01	Captações	78.292	67.154
6.03.02	Pagamentos	-27.708	-20.393
6.03.03	Aumento de Capital	30.000	40.000
6.03.04	Captação de Mútuo	85.136	75.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	39.489	13.439
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.126	36.053
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	64.615	49.492

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	298.001	0	0	-7.236	0	290.765
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	298.001	0	0	-7.236	0	290.765
5.04	Transações de Capital com os Sócios	30.000	0	0	0	0	30.000
5.04.01	Aumentos de Capital	30.000	0	0	0	0	30.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.964	0	-11.964
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.964	0	-11.964
5.07	Saldos Finais	328.001	0	0	-19.200	0	308.801

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	258.001	0	0	-1.062	0	256.939
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	258.001	0	0	-1.062	0	256.939
5.04	Transações de Capital com os Sócios	40.000	0	0	0	0	40.000
5.04.01	Aumentos de Capital	40.000	0	0	0	0	40.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.045	0	-3.045
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.045	0	-3.045
5.07	Saldos Finais	298.001	0	0	-4.107	0	293.894

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	376.847	369.437
7.01.02	Outras Receitas	376.847	369.437
7.01.02.01	Prestação de Serviços	182.807	171.640
7.01.02.02	Receita dos Serviços de Construção	172.840	196.969
7.01.02.03	Receitas Acessórias	21.200	828
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-259.774	-271.248
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-40.127	-30.999
7.02.04	Outros	-219.647	-240.249
7.02.04.01	Custo dos Serviços Prestados	-16.861	-15.608
7.02.04.02	Custo dos Serviços de Construção	-172.840	-196.969
7.02.04.03	Custo da Concessão	-14.925	-13.888
7.02.04.04	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-15.021	-13.784
7.03	Valor Adicionado Bruto	117.073	98.189
7.04	Retenções	-34.515	-25.804
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.515	-25.804
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	82.558	72.385
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.578	8.326
7.06.02	Receitas Financeiras	4.470	2.553
7.06.03	Outros	5.108	5.773
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	92.136	80.711
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	92.136	80.711
7.08.01	Pessoal	24.484	23.544
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.852	17.094
7.08.01.02	Benefícios	5.287	5.012
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.345	1.438
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.122	16.902
7.08.02.01	Federais	6.259	8.292
7.08.02.03	Municipais	9.863	8.610
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.156	29.331
7.08.03.01	Juros	30.905	23.478
7.08.03.02	Aluguéis	143	80
7.08.03.03	Outras	5.108	5.773
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	5.108	5.773
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-11.964	-3.045
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-11.964	-3.045
7.08.05	Outros	27.338	13.979
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	27.338	13.979

Autopista Fernão Dias



Pouso Alegre, 05 de Novembro de 2014 – A Autopista Fernão Dias S.A. empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2014 (3T14) período encerrado em 30 de setembro de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

No 3T14 o tráfego pedagiado foi de 41,6 milhões de veículos equivalentes. Em relação ao 2T14 houve crescimento de 3,9%.

Receita Operacional Bruta

No 3T14 a receita operacional bruta foi de R\$ 164,8 milhões contra R\$ 146,4 milhões no 3T13, aumento de 12,6% se comparado ao mesmo período do ano anterior, impactada pelos seguintes motivos:

- Receita de pedágio aumento em 5,5%, principalmente pelo reajuste da tarifa em 7,1%.
- Receita Acessória aumento considerável devido a novo contrato com a Embratel de permissão de uso de faixa de domínio (cabearamento de fibra optica).
- Em função da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no 3T14 como Receita de Obras R\$ 81,3 milhões ante R\$ 87,0 milhões no 3T13, 6,6% menor em comparação ao mesmo período de 2013, devido a menor volume de investimentos na rodovia, tendo como contrapartida igual montante na rubrica “Custos dos Serviços de Construção”, eliminando assim qualquer efeito sobre o resultado.

Custos e Despesas

Os custos e despesas foram R\$ 123,1 milhões no 3T14 ante R\$ 119,0 milhões no 3T13, 3,5% maior em relação ao 3T13. Nos Custos dos Serviços de Construção, houve redução de 6,6% se comparado ao mesmo período de 2013, sendo que este custo possui contrapartida como Receita de Obras, a fim de atender a Interpretação Técnica ICPC 01 e eliminando assim qualquer efeito sobre o resultado. O aumento real nos custos e despesas foi ocasionado por:

- Aumento dos serviços prestados em 11,6% (R\$ 2,9 milhões), devido a maior necessidade de contratações de serviços e reajuste de contratos.
- Aumento das despesas administrativas em 25,6% (R\$ 0,8 milhão), devido ao aumento da provisão de contingências riscos cíveis em processos administrativos.
- Aumento de 203,4% (R\$ 5,9 milhões) em “Provisão para manutenção em rodovias” devido a revisão em razão a expectativa de manutenção futura, segundo contrato de

Comentário do Desempenho

Autopista Fernão Dias



concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA acumulado ficou maior em 14,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido aumento da receita, citado anteriormente.
- O EBITDA Ajustado aumentou em 13,6% devido a receita acessória anteriormente mencionada.
- Adicionalmente, destacamos que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 3T14 foi de R\$ 19,5 milhões negativo, R\$ 8,6 milhões maior que o apurado no 3T13, decorrente da captação de empréstimos junto ao BNDES e mútuo junto a holding.

Lucro do Período

- A Concessionária encerrou o 3T14 com lucro de R\$ 1,4 milhão contra o lucro de R\$ 1,9 milhão registrado no 3T13.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 3T14 em R\$ 617,1 milhões ante R\$ 612,1 milhões registrados no 2T14, aumento de R\$ 4,9 milhões devido maior disponibilidade em caixa.
- O endividamento líquido da concessionária encerrou o 3T14 em R\$ 532,7 milhões ante R\$ 532,5 milhões registrados no 2T14, mantendo-se estável.

Investimentos

- No 3T14, foram investidos R\$ 150,0 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão, destacando-se principalmente as obras de recuperação do pavimento da rodovia, construção e melhoria de terceira faixa, execução de ruas laterais, implantação de sistema elétrico de iluminação e construção de passarelas.
- Conforme determinam as novas regras contábeis com base no ICPC 01, foram feitos ajustes de imobilizado para o intangível, ficando o saldo desta segunda conta em R\$ 1,3 bilhão no 3T14 ante R\$ 1,1 bilhão no 3T13. O imobilizado fechou em R\$ 1,9 milhão no 3T14 e R\$ 1,1 milhão no 3T13.

Dividendos

Comentário do Desempenho

Autopista Fernão Dias



Não houve dividendos pagos no período.

Veículos Equivalentes	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
Fernão Dias	41.620	40.067	42.285	3,9%	-1,6%	121.834	122.588	-0,6%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
RECITA OPERACIONAL BRUTA	164.855	100.541	146.404	64,0%	12,6%	376.847	369.437	2,0%
Receitas de pedágio	62.451	60.120	59.218	3,9%	5,5%	182.807	171.640	6,5%
Receitas de obras	81.363	40.356	87.094	101,6%	-6,6%	172.840	196.969	-12,3%
Receitas acessórias	21.041	65	92	32270,8%	22770,7%	21.200	828	2460,4%
DEDUÇÕES DA RECITA	(8.044)	(5.207)	(5.132)	54,5%	56,7%	(18.472)	(9.813)	88,2%
RECITA OPERACIONAL LÍQUIDA	156.811	95.334	141.272	64,5%	11,0%	358.375	359.624	-0,3%
CUSTOS E DESPESAS	(123.155)	(77.772)	(119.024)	58,4%	3,5%	(288.218)	(298.445)	-3,4%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(28.272)	(27.932)	(25.344)	1,2%	11,6%	(84.784)	(75.167)	12,8%
Custo dos serv. de construção	(81.363)	(40.356)	(87.094)	101,6%	-6,6%	(172.840)	(196.969)	-12,3%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(4.328)	(5.842)	(3.447)	-25,9%	25,6%	(14.438)	(11.828)	22,1%
Remuneração da administração	(389)	(511)	(238)	-23,9%	63,4%	(1.136)	(697)	63,0%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(8.803)	(3.132)	(2.901)	181,1%	203,4%	(15.021)	(13.784)	9,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	-	1	-	-	-	1	-	-
EBITDA	33.656	17.562	22.248	91,6%	51,3%	70.157	61.179	14,7%
Margem EBITDA	21,5%	18,4%	15,7%			19,6%	17,0%	
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(12.056)	(11.503)	(9.119)	4,8%	32,2%	(34.515)	(25.804)	33,8%
Depreciação de imobilizado	(227)	(220)	(188)	3,2%	20,7%	(642)	(564)	13,8%
Amortização do intangível	(10.901)	(10.355)	(8.002)	5,3%	36,2%	(31.088)	(22.454)	38,5%
Amortização do diferido	(928)	(928)	(929)	0,0%	-0,1%	(2.785)	(2.786)	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(19.485)	(17.480)	(10.845)	11,5%	79,7%	(53.777)	(34.899)	54,1%
Receitas financeiras	1.740	1.383	1.030	25,8%	68,9%	4.468	2.553	75,0%
Despesas financeiras	(21.225)	(18.863)	(11.875)	12,5%	78,7%	(58.245)	(37.452)	55,5%
PREJUÍZO ANTES DOS EFITOS TRIBUTÁRIOS	2.115	(11.421)	2.284	-118,5%	-7,4%	(18.135)	476	-3909,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(732)	3.901	(359)	-118,8%	103,9%	6.171	1.611	283,1%
Corrente	(3.282)	-	(72)	-	4458,3%	(3.282)	(844)	288,9%
Diferido	2.550	3.901	(287)	-34,6%	-988,5%	9.453	2.455	285,1%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.383	(7.520)	1.925	-118,4%	-28,2%	(11.964)	2.087	-673,3%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
EBITDA ¹	33.656	17.562	22.248	91,6%	51,3%	70.157	61.179	14,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	8.803	3.132	2.901	181,1%	203,4%	15.021	13.784	9,0%
EBITDA Ajustado ²	42.459	20.694	25.149	105,2%	68,8%	85.178	74.963	13,6%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Fernão Dias S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

No período e trimestre findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 05 de novembro de 2014.

2. CONCESSÕES

No período e trimestre findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$ 7.916 na data-base da concessão. A partir de 30 de setembro de 2014 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$ 145.787 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima, em 30 de setembro de 2014, os montantes de R\$ 325.872 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 693.292 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de setembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	45.377	33.898
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>44.895</u>	<u>32.777</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>482</u>	<u>1.121</u>
<u>Não circulantes</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	-	11.646
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	-	<u>10.867</u>
Efeito do ajuste a valor presente	-	<u>779</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	88.116	69.656
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>71.867</u>	<u>56.371</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>16.249</u>	<u>13.285</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	2.326	2.450
Aplicações financeiras (*)	<u>62.289</u>	<u>22.676</u>
Total	<u>64.615</u>	<u>25.126</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Debêntures compromissadas	14.729	3.603
Fundos de investimentos	<u>47.560</u>	<u>19.073</u>
Total	<u>62.289</u>	<u>22.676</u>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 86,18% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	12.502	10.731
Cartões de pedágio a receber	966	704
Receitas acessórias a receber	<u>20.920</u>	-
Total	<u>34.388</u>	<u>11.435</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	48.183	21.439
Provisão de participação nos lucros	1.370	1.993
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	587	514
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c):		
Provisão para manutenção	71.867	56.371
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(69.734)	(53.904)
Ajuste dos encargos financeiros	10.352	8.461
Estorno de capitalização de juros	<u>522</u>	<u>470</u>
Base de cálculo	<u>63.147</u>	<u>35.344</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>21.470</u>	<u>12.017</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo não circulante	
2015 (após setembro)	840
2016	867
2017	897
2018	933
Após 2019	<u>17.933</u>
	<u>21.470</u>

Notas Explicativas

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 43% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de setembro de 2014 o saldo é de R\$19.805 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$16.147, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 83,31% da variação do CDI.

Notas Explicativas**9. IMOBILIZADO**

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2013	430	571	1.838	712	3.551
Adições	11	99	1.433	101	1.644
Alienações/baixas	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>(31)</u>
Saldo em 30.09.2014	<u>418</u>	<u>670</u>	<u>3.271</u>	<u>805</u>	<u>5.164</u>
 <u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(191)	(405)	(1.720)	(266)	(2.582)
Depreciações	(31)	(92)	(461)	(57)	(641)
Alienações/baixas	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>18</u>
Saldo em 30.09.2014	<u>(207)</u>	<u>(497)</u>	<u>(2.181)</u>	<u>(320)</u>	<u>(3.205)</u>
 <u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2013	239	166	118	446	969
Saldo em 30.09.2014	211	173	1.090	485	1.959
Taxas de depreciação - %	10%	4%	20%	20%	-

Notas Explicativas**10. INTANGÍVEL**

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31.12.2013	1.129.155	1.380	140.317	119	1.270.971
Adições	90.823	300	86.991	(17)	178.097
Transferências/Reclassificações	53.392	15	(53.407)	-	-
Alienações/baixas	(74)	-	-	-	(74)
Saldo em 30.09.2014	<u>1.273.296</u>	<u>1.695</u>	<u>173.901</u>	<u>102</u>	<u>1.448.994</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(77.614)	(590)	-	-	(78.204)
Amortizações	(30.914)	(175)	-	-	(31.089)
Alienações/baixas	14	1	=	=	15
Saldo em 30.09.2014	<u>(108.514)</u>	<u>(764)</u>	=	=	<u>(109.278)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2013	1.051.541	790	140.317	119	1.192.767
Saldo em 30.09.2014	1.164.782	931	173.901	102	1.339.716
Taxas anuais de amortização - %	2,63%	20%	-	-	

- a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	6.576	6.576
Consumo	8.659	8.659
Custos contratuais da concessão	8.876	8.876
Depreciações e amortizações	103	103
Conservação da rodovia	9.473	9.473
Serviços de terceiros	1.837	1.837
Tributários	2.229	2.229
Resultados financeiros	(690)	(690)
Outros gastos	<u>2</u>	<u>2</u>
	37.065	37.065
Amortização acumulada	<u>(21.281)</u>	<u>(18.496)</u>
	<u>15.784</u>	<u>18.569</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,6% a.a. a 4,5% a.a.	42.606	37.661
Financiamento de equipamentos - Federais (FINAME)			
(b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>278</u>	<u>200</u>
		42.884	37.861
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,6% a.a. a 4,5% a.a.	573.359	528.440
Financiamento de equipamentos - Federais (FINAME)			
(b)	TJLP + 2,21% a.a.	<u>877</u>	<u>50</u>
		574.236	528.490

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2015 (após setembro)	10.699
2016	47.324
2017	50.726
2018	54.373
Após 2019	<u>411.114</u>
	<u>574.236</u>

Em 30 de setembro de 2014 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

				<u>30.09.2014</u>		<u>31.12.2013</u>
	<u>Quantidade e emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	3.370	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	37.640	-	34.546
Custo de transação				(14)	-	(31)
Total				<u>37.626</u>	<u>-</u>	<u>34.515</u>

(a) 1ª emissão de debêntures de 04 de outubro de 2013 com valor real unitário em R\$ 10.000 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor Subscrito
1ª emissão	04.10.13	36.489	07.10.13	33.700

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

Notas Explicativas

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

Notas Explicativas**14. FORNECEDORES**

Em 30 de setembro de 2014, o saldo de R\$18.702 (R\$14.073 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a receber:		
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda (d)	-	733
Latina Manutenção de Rodovias Ltda (d)	<u>1.009</u>	<u>272</u>
Total	<u>1.009</u>	<u>1.005</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Mútuos:		
Arteris S.A (e)	28.235	17.412
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	524	599
Fornecedores:		
Autopista Régis Bittencourt S.A (b)	-	1
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	25.733	8.882
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	<u>579</u>	<u>441</u>
Total	<u>55.602</u>	<u>27.335</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Mútuos:		
Arteris S.A (e)	<u>331.315</u>	<u>235.227</u>
Total	<u>331.315</u>	<u>235.227</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado	PERÍODO					
	30.09.2014			30.09.2013		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A. (a) (e)	1.640	27.338	3.183	2.020	13.979	1.403
Centrovias S.A. (b)	-	-	-	12	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	86.023	-	-	10.294	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	<u>5.543</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73.014</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>93.206</u>	<u>27.338</u>	<u>3.183</u>	<u>85.340</u>	<u>13.979</u>	<u>1.403</u>

Contas de Resultado	TRIMESTRE					
	30.09.2014			30.09.2013		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A. (a) (e)	403	10.749	1.403	607	5.906	364
Centrovias S.A. (b)	-	-	-	12	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	43.333	-	-	2.868	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	<u>2.219</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.614</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>45.955</u>	<u>10.749</u>	<u>1.403</u>	<u>36.101</u>	<u>5.906</u>	<u>364</u>

Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (e) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,4% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros, a partir de

Notas Explicativas

dezembro de 2014 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.09.2014	31.12.2013
04/09/2008	Dezembro de 2014	CDI + 1,037% a.a.	10.000	7.179	6.005
17/09/2008	Dezembro de 2014	CDI + 1,037% a.a.	13.000	9.243	7.722
06/10/2008	Dezembro de 2014	CDI + 1,037% a.a.	13.000	9.108	7.597
27/10/2008	Dezembro de 2014	CDI + 1,037% a.a.	13.000	8.954	7.453
05/11/2008	Dezembro de 2014	CDI + 1,037% a.a.	17.000	11.616	9.660
27/11/2008	Dezembro de 2014	CDI + 1,037% a.a.	12.000	8.045	6.675
05/12/2008	Dezembro de 2014	CDI + 1,037% a.a.	16.000	10.665	8.842
19/12/2008	Dezembro de 2014	CDI + 1,037% a.a.	16.000	10.542	8.728
08/02/2013	Dezembro de 2014	CDI + 1,700% a.a.	50.000	7.968	3.778
24/06/2013	Dezembro de 2014	CDI + 1,700% a.a.	25.000	3.219	1.179
15/01/2014	Janeiro de 2015	CDI + 1,400% a.a.	45.000	3.238	-
25/06/2014	Junho de 2015	CDI + 1,400% a.a.	40.000	1.099	-
			<u>270.000</u>	<u>90.876</u>	<u>67.639</u>

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2014, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.136 (R\$698 em 30 de setembro de 2013), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.612 e R\$2.599.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos

Notas Explicativas

empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.09.2014</u>
Cíveis	164	2.891	(1.294)	(1.567)	194
Trabalhistas	<u>350</u>	<u>4.271</u>	<u>(4.175)</u>	<u>(51)</u>	<u>395</u>
Total	<u>514</u>	<u>7.162</u>	<u>(5.469)</u>	<u>(1.618)</u>	<u>589</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$ 1.008 e R\$ 26, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de setembro de 2014 (R\$1.058 e R\$247 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade constituiu provisão de riscos cíveis no valor de R\$1.490 referente a autos de infração por parte da ANTT, tal decisão foi tomada por ter esgotado todos os recursos administrativos e por não ser viável o questionamento judicial pelo fato de não haver argumentos suficientes que possibilitasse a judicialização. Em agosto de 2014 a Sociedade efetuou pagamento de parte destes autos de infração com desconto no

Notas Explicativas

montante de R\$1.438, restando provisão de R\$81 em 30 de setembro de 2014.

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$11.123 (R\$7.481 em 31 de dezembro de 2013) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Em maio e junho de 2014 a Sociedade ajuizou na Justiça Federal, o valor de R\$ 3.211, ações em face da ANTT, com o objetivo de anular autos de infração impostos pela Agência. Na opinião de consultores legais tais autos apresentam fragilidade nas motivações e desproporcionalidade dos valores apresentados.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2013	32.777	56.371	10.867
Adições		15.021	
Utilizações	(165)		
Ajuste a valor presente	1.416	475	
Transferências	<u>10.867</u>	<u>-</u>	<u>(10.867)</u>
Saldos em 30.09.2014	<u>44.895</u>	<u>71.867</u>	<u>-</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 328.001 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 298.001. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de setembro de 2014, estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	<u>30.09.2014</u> Quantidade de ações integralizadas	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A	330.036.941	330.036.941	100,00

Notas Explicativas

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 15 de maio de 2014, aumento de capital social, em dinheiro no valor de R\$30.000, passando o capital social a R\$328.001.003 dividido em 330.036.941 ações ordinárias, com a emissão de 31.446.541 novas ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	62.451	182.807	59.218	171.640
Receita de serviços de construção	81.363	172.840	87.094	196.969
Outras receitas	<u>21.041</u>	<u>21.200</u>	<u>92</u>	<u>828</u>
Total	<u>164.855</u>	<u>376.847</u>	<u>146.404</u>	<u>369.437</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	164.855	376.847	146.404	369.437
ISSQN	(3.819)	(9.840)	(2.961)	(8.601)
PIS	(753)	(1.536)	(390)	(1.135)
COFINS	<u>(3.472)</u>	<u>(7.096)</u>	<u>(1.781)</u>	<u>(5.209)</u>
Receita líquida	<u>156.811</u>	<u>358.375</u>	<u>141.272</u>	<u>354.492</u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custo de construção	(81.363)	(172.840)	(87.094)	(196.969)
Com pessoal	(6.787)	(20.687)	(6.685)	(20.166)
Serviços de terceiros	(7.194)	(21.102)	(5.442)	(15.494)
Depreciação / amortização	(11.786)	(33.724)	(8.859)	(25.039)
Seguros / garantias	(1.337)	(3.657)	(1.138)	(3.123)
Conservação	(5.849)	(17.801)	(5.724)	(16.769)
Provisão de manutenção em rodovias	(8.803)	(15.021)	(2.901)	(13.784)
Taxa fiscalização	(2.802)	(8.406)	(2.649)	(7.947)
Outros	<u>(4.303)</u>	<u>(13.367)</u>	<u>(3.706)</u>	<u>(11.666)</u>
Total	<u>(130.224)</u>	<u>(306.605)</u>	<u>(124.198)</u>	<u>(310.957)</u>

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre e	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.386)	(7.055)	(2.089)	(6.645)
Serviços de terceiros	(813)	(2.054)	(1.162)	(4.168)
Depreciação / amortização	(270)	(791)	(260)	(765)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(584)	(2.283)	-	-
Seguros / garantias	(1)	(3)	-	-
Outros	<u>(544)</u>	<u>(2.805)</u>	<u>(196)</u>	<u>(1.016)</u>
Total	<u>(4.598)</u>	<u>(14.991)</u>	<u>(3.707)</u>	<u>(12.594)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos			-	-
Aplicações financeiras	1.735	4.404	1.005	2.522
Outras receitas	<u>5</u>	<u>64</u>	<u>25</u>	<u>31</u>
Total receitas	<u>1.740</u>	<u>4.468</u>	<u>1.030</u>	<u>2.553</u>

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(21.014)	(55.418)	(13.387)	(35.350)
Ajuste a valor presente	311	(1.892)	1.680	(366)
Outras despesas	<u>(522)</u>	<u>(935)</u>	<u>(168)</u>	<u>(1.736)</u>
Total despesas	<u>(21.225)</u>	<u>(58.245)</u>	<u>(11.875)</u>	<u>(37.452)</u>

Notas Explicativas**21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	24.785	11.773
Juros capitalizados	5.108	5.773

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos período e trimestre findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	2.115	(18.135)	2.284	(4.656)
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(719)	6.166	776	(1.583)
Ajustes para a alíquota efetiva:	-	-		
Outros ajustes				
Despesa contabilizada	<u>13</u>	<u>5</u>	<u>(1.135)</u>	<u>3.194</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(3.282)	(3.282)	(72)	(844)
Diferidos	2.550	9.453	(287)	2.455

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo

Notas Explicativas

modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Até a conclusão das informações trimestrais de 30 de setembro de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta Lei, para o exercício de 2014.

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo do período	1.383	(11.964)	1.925	(3.045)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>330.037</u>	<u>302.554</u>	<u>298.693</u>	<u>298.693</u>
Prejuízo por ação	<u>0,00419</u>	<u>(0,03625)</u>	<u>0,00646</u>	<u>(0,01091)</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Notas Explicativas

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	64.615	25.126
Contas a receber	34.388	11.435
Aplicações financeiras	19.805	16.147
Partes relacionadas	1.009	1.005
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	28.295	23.106
Empréstimos e financiamentos	617.120	566.351
Debêntures	37.626	34.515
Partes relacionadas	386.386	262.562
Taxa de fiscalização	934	905
Outras contas a pagar	1.182	544

Notas Explicativas

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	9,00%	18,00%
Juros a Incorrer(*)	(40.781)	(50.965)	(30.592)	(61.146)
Receita de aplicações Financeiras	7.881	9.851	5.911	11.822
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros A incorrer(*)	(34.394)	(42.980)	(25.803)	(51.562)
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(67.294)</u>	<u>(84.094)</u>	<u>(50.484)</u>	<u>(100.886)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 12.502 e R\$ 10.731, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

Notas Explicativas

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	2018 em diante	<u>Total</u>
Debêntures	13,00%	-	37.640	-	-	-	37.640
BNDES Automático	7,21%	20.647	82.628	85.063	85.063	590.499	863.900
Finame	4,50%	<u>66</u>	<u>339</u>	<u>275</u>	<u>262</u>	<u>367</u>	<u>1.309</u>
Total		<u>20.713</u>	<u>120.607</u>	<u>85.338</u>	<u>85.325</u>	<u>590.866</u>	<u>902.849</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha

Notas Explicativas

rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	131.061
(*) Por sinistro		

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade celebrou, "Termos de Ajuste de Conduta-TACs", com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início das concessões até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura destes termos de ajuste, a Sociedade, realizara o montante equivalente à R\$28,2 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto.

A Sociedade tem 60 dias para definir junto a ANTT as obras que farão parte deste termo e, assim que definidos, estes investimentos serão avaliados com base em laudo de peritos independentes para que seja determinado o momento do reconhecimento do ativo intangível entre dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Fernão Dias S/A

Pouso Alegre - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Fernão Dias S/A (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Pouso Alegre, 05 de novembro de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1 – S - MG

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 124504/O-9 – S - MG

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 139268/O-6 – S - MG

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria Parecer

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Declaração da Diretoria DF's

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2014.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no período findo em 30 de setembro de 2014, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses”.